

## Metamorfoses do governo representativo (1)

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 26.02.2008

Em 1996 foi publicado na França um livro de Bernard Manin, *Principes du gouvernement représentatif* (Paris, Editora Flammarion) e em seguida, na Inglaterra pela Cambridge University Press (1997). Trata-se de um livro importante porque sistematiza uma reflexão sobre governos representativos ao longo do tempo. No Brasil, foi publicado um dos capítulos do livro (cap. VI), na prestigiada revista acadêmica *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (n. 29, 1996) intitulado justamente: “As metamorfoses do governo representativo”.

O livro inicia com um capítulo a respeito da democracia direta e representativa e especificamente a democracia em Atenas, na Grécia Antiga; em seguida (“O triunfo das eleições”) analisa as eleições na tradição republicana (da experiência de Roma ao século XIX) até as formas mais recentes de governo representativo (o que engloba, além da democracia nos países europeus, os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão etc.).

Em relação aos governos representativos modernos, um dos primeiros aspectos salientados pelo autor é quanto ao abismo entre governo e sociedade, entre representantes e representados, sugerindo que vivemos numa fase que se caracteriza por uma crise da representação política (uma vez que, fundamentalmente, não há uma efetiva representação). Para o autor, não se trata de e uma crise de representação, mas uma mudança no modelo de representação (discutiremos este aspecto em outro artigo).

Para o autor, se durante décadas, especialmente no século XX, com a afirmação da democracia a representação política parecia estar fundamentada numa relação de confiança e identificação entre os partidos e os eleitores, hoje isso não é mais verdade: há uma grande volatilidade eleitoral que atinge não apenas as democracias ocidentais consolidadas, mas, também, as democracias mais recentes, em várias partes do mundo.

De fato, na pesquisa que fiz para minha tese de doutorado (publicada em livro com o título "*Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais de 1989-2002*"), baseada em estudos específicos da maioria dos países da América do Sul (que inclui, claro, o Brasil) e parte da América Central, além de dados do Instituto Latinobarómetro (sediado no Chile, que faz pesquisas em países da América Latina desde 1995), se constata, entre outros aspectos, a diminuição das filiações partidárias, da identificação dos eleitores com os partidos (uma parte significativa do eleitorado vota porque o voto é obrigatório na maioria dos países latino-americanos) da diminuição da confiança em relação às instituições como o parlamento e, especialmente, os partidos políticos.

Em relação aos partidos políticos, Manin afirma que, se no passado eles propunham aos eleitores um programa que se comprometiam a cumprir (embora nem sempre o fizessem), hoje a estratégia eleitoral dos partidos e candidatos (via marketing eleitoral) é a construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes (toma-se, para ficar num exemplo recente, as eleições nos Estados Unidos: qual o programa dos candidatos do Partido Democrata e do Republicano? O que os diferenciam?)

Para o autor, como não há participação efetiva, as preferências dos cidadãos acerca das questões políticas se expressam com mais frequência por intermédio das pesquisas de opinião (que direcionam os discursos dos candidatos), ao mesmo tempo em que a arena política vem sendo "progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam".

Outro aspecto relevante assinalado por Manin diz respeito ao fato de que os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e experiência no uso dos meios de comunicação, e não por serem aptos e competentes para os cargos (mais uma vez, o marketing político e eleitoral tem um papel fundamental).

E em relação aos governos representativos, o autor procura mostrar como passam por modificações importantes ao longo do tempo, especialmente a

partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação do sufrágio (na Europa. No Brasil, como se sabe, essa expansão se dará apenas depois da Segunda Guerra Mundial).

São três os modelos de governos representativos para Manin: o governo representativo de tipo parlamentar. Ele surge com a emergência dos partidos de massas, em meados do século XIX, no qual o parlamento tem um papel fundamental. Esse modelo entra em crise no início do século XX.

Surge, então, o que ele chama de “democracia de partidos,” no qual os partidos passam a ter um papel decisivo. Este é, por excelência, “o governo do ativista, do líder partidário e do chefe político”. Em termos de comportamento eleitoral, há uma maior estabilidade política. Com a expansão dos meios de comunicação, esse modelo entra em crise e surge um outro modelo, que ele chama de “democracia de público”.

Nesse modelo, o atual, há uma grande volatilidade eleitoral (ainda que as condições socioeconômicas e culturais se mantenham as mesmas) e um crescente processo de personalização da escolha eleitoral: cada vez mais as pessoas tendem a votar em pessoas, não em partidos. Trataremos de alguns aspectos (polêmicos) desse modelo no próximo artigo, especialmente quanto aos meios de comunicação.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)